

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Planejamento Estratégico

No 2º Trimestre a Presidência aprovou o Plano de Diretrizes de 2010 e houve sua publicação, no módulo específico, no Sistema Integrado de Administração Pública (SIAP), que contém informações sobre o andamento dos projetos e atividades contemplados no Plano de Diretrizes 2010. Referido aplicativo (SIAP) permite aos servidores do Tribunal de Contas a verificação, por exemplo, do que está sendo feito, se os prazos estão sendo cumpridos e quais pessoas estão envolvidas nos trabalhos.

As ações constantes do Plano de 2010 são: a) instituição e implementação da Biblioteca Virtual do TCE/SC; b) digitalização de documentos e processos (Central de Digitalização); c) adoção de ferramentas de “Business Intelligence”; d) aperfeiçoamento dos atos de pessoal no sistema E-Sfinge; e) desenvolvimento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do TCE/SC; f) Controle da efetividade das deliberações tomadas pelo Tribunal por meio da sistematização e informatização dos processos; g) racionalização da utilização dos recursos financeiros; h) aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Atividades do TCE-SC e i) implantação dos processos redesenhados de controle externo.

4.2. PROMOEX

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.



O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os Tribunais de Contas do País. Sendo US\$ 38.600.000 com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como mutuário a República federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25.800.000, e Subexecutores, US\$ 21.940.000.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do

corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

Em 03/04/2006 este Tribunal de Contas aderiu o referido programa através do Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106) que previa a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 3.358.879,20, e como contrapartida local 40% do valor a ser transferido, ou seja, R\$ 2.239.252,80, totalizando um investimento de R\$ 5.598.132,00. No segundo trimestre do ano de 2009, foi assinado o 1º Termo Aditivo, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 31 de dezembro de 2010, bem como alterar os valores conveniados em função da variação cambial. Assim sendo, os valores passaram a retratar os seguintes montantes:

“.....valor global de R\$ 4.020.901,50 (equivalente a US\$ 1.971.030,15), sendo R\$2.362.797,78 (equivalente a US\$ 1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$ 2,04 = US\$ 1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

Até o segundo trimestre, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 1.772.348,91, ou seja, 75,01% do total previsto no convênio (aditivo). Sendo que, em janeiro de 2010 foi liberado a maior parte dos recursos, no montante de R\$ 1.147.806,95. Do total transferido já foram efetivamente aplicados R\$ 788.644,73. Faz parte, também, dos recursos federais disponíveis o montante de R\$ 109.635,72, resultado da aplicação financeira dos recursos disponíveis, que no primeiro trimestre obteve um rendimento de R\$ 6.099,50.

Desde o início das atividades, o Programa já aplicou recursos financeiros de forma efetiva num montante de R\$ 1.871.742,66, representa 47,53% do programado, sendo R\$ 788.644,73 dos recursos transferidos pelo MP/BID, bem como dos resultados da aplicação financeira, e R\$ 1.083.097,93 da contrapartida do Tribunal.

No segundo trimestre de 2010, o Tribunal de Contas realizou despesas financeiras no montante de R\$ 220.684,14, dos quais R\$ 177.392,42 são originários da fonte de recursos do convênio e R\$ 43.291,72 da contrapartida do TCE/SC.

4.3. Redesenho de Processos de Controle Externo

Durante o ano de 2009, com o apoio metodológico da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foram mapeados e redesenhados 14 processos de controle externo do TCE/SC. O resultado deste trabalho foi encaminhado aos integrantes do Corpo Deliberativo e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPTC).

No final do mês de abril de 2010, a equipe de redesenho apresentou ao Presidente Wilson Rogério Wan-Dall o resultado dos trabalhos, ocasião em que lhe foi entregue as propostas de manuais e modelos de relatórios técnicos com base no fluxo de cada processo redesenhado.

A equipe interna participou de duas sessões administrativas (28/04/2010 e 16/06/2010) para explicar aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do MPTC as sugestões de redesenho de processos. E, após o acolhimento pelo Corpo Deliberativo, de ponderações dos membros do MPTC, o Redesenho foi aprovado, passando agora a ser uma atividade que prima pelo aprimoramento dos processos de trabalho do TCE/SC.

4.4. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 194 manifestações. Destas, 60,31% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 21.

TABELA 21 – Descrição das demandas Registradas

Natureza da Demanda	%
Críticas	3,09
Sugestões	1,55
Reclamações	16,49
Solicitações de Informações	60,31
Fornecimento de Informações	14,43
Outros	4,12

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o acesso mais utilizado à Ouvidoria, conforme dados da Tabela 22.

TABELA 22 – Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	%
Carta	1,55
Email	32,99
Fax	-
Portal do TCE	65,46
Atendimento Pessoal	-

Fonte: Ouvidoria

4.5. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no segundo trimestre de 2010, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 23 a 28.

4.5.1. Comunicação Interna

TABELA 23 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
1958	60	319	379	2716

Fonte: ACOM

TABELA 24 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
82	4	19

Fonte: ACOM

4.5.2. Comunicação Externa

TABELA 25 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
18	12	65

Fonte: ACOM

TABELA 26 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
179	63	2	14	258

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 – A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
51	18	5	27

Fonte: ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
64	7	10

Fonte: ACOM

4.6. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no segundo trimestre de 2010.

TABELA 29 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
SEM	CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENA BRASIL	ESTABELECE E REGULAMENTAR COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A FUNDAÇÃO DE AMPARO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENA/BRASIL E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM O FIM DE VIABILIZAR AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO TCE/SC, NAS ÁREAS DE SUA ATUAÇÃO E INTERESSE.	SEM	DOTC-e nº 492, de 07/05/2010, página 15
1º TERMO ADITIVO	TERMO ADITIVO	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENA BRASIL	ESTABELECE FORMA DE PARTICIPAÇÃO DE DOIS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS NO CURSO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PROMOVIDO PELA ENA BRASIL.	80.000,00	DOTC-e nº 492, de 07/05/2010, página 15
1º TERMO ADITIVO	TERMO ADITIVO	ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 31/12/2010.	SEM	DOU, Nº 100, de 27/05/2010, pág. 162

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE